



# Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE MAIO DE 1983

ANO IX

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA  
DÉCIMA LEGISLATURA  
COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Às dez horas e trinta minutos do dia dez de maio de hum mil novecentos e oitenta e três, no recinto do plenário, o Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, declara abertos os trabalhos, dando início ao Debate acerca do Parque Marumbi. Compõem a Mesa dos trabalhos os Srs. Doutor Mário Maranhão, Procurador Geral do Estado do Paraná, Doutor João Bonifácio Cabral Júnior, Presidente do Instituto de Terras e Cartografia e Professor João José Bigarella, Presidente da Associação de Defesa e Educação Ambiental. Registra-se a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão e de várias entidades, entre elas: Associação de Biólogos do Paraná, Movimento Ecológico Muriqui, Setor Jovem do PMDB regional; Clube de Observadores de Aves; Centro Acadêmico de Engenharia Florestal; Suprema Ordem da Umbanda, Grupos de Escoteiros de Mar "Amigo Velho" e Messiânicos e outras. O Sr. Presidente diz dos objetivos do Debate, informando que ele deverá transcorrer num clima de informalidade e que, após conceder a palavra aos convidados especiais, todos dela poderão fazer uso, a fim de que seja possível auscultar a opinião dos integrantes da comunidade paranaense sobre o momentoso problema. Em seguida, concede a palavra ao Professor João José Bigarella, que faz um pronunciamento sobre o posicionamento da Associação de Defesa e Educação Ambiental, em relação ao desrespeito aos recursos naturais do Estado do Paraná e conseqüente quebra do equilíbrio do meio ambiente, reclamando das autoridades federais e estaduais medidas concretas para a solução de problemas ecológicos. Enfatiza, ainda, os problemas ligados ao Parque Marumbi e diz das conseqüências que advirão para o Porto de Paranaguá e Antonina pela inobservância das recomendações para a preservação da Serra do Mar. Sobre o assunto, encaminha à Mesa proposições, a serem examinadas pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa, propondo emendas à Constituição. O Sr. João Bonifácio Cabral Jr., com a palavra, aduz considerações em torno da situação jurídica criada pelos decretos que regulamentam a criação do Parque Marumbi, atendo-se no impasse das desapropriações. Ressalta que, mesmo que expire o prazo previsto para as desapropriações, continua vigorando o decreto que autoriza a preservação ambiental. Ao finalizar, mostra a necessidade serem viabilizadas fórmulas de ordem financeira para a concretização dos objetivos. Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra ao Dr. Mauro Maranhão, Procurador Geral do Estado, que assevera que a solução para a implantação definitiva do Parque está condicionada a decretos. Apresenta várias alternativas, objetivando equacionar o problema. Uma primeira, com base em decreto que estabelece a preservação ambiental, que é a imobilização por parte do Estado, de qualquer atividade no Parque, que possa colocar em risco o equilíbrio ecológico e a permanência, em compasso de espera para receber as dotações orçamentárias para efetuar as desapropriações. Outra alternativa, com relação à vigência aos decretos expropriatórios, seria que os proprietários das terras promovessem as ações de desapropriações, e outra, ainda, que o Estado promova a ação de desapropriação direta antes que os prazos prescrevam. Encarece o orador, na eventualidade de opção pela última alternativa, da necessidade de serem enviados esforços junto ao Governo, no sentido de que sejam carreados recursos para fazer face às despesas da desapropriação.

O Deputado Adhail Sprenger Passos faz uma série de indagações, no que diz respeito às desapropriações, para saber qual o valor total e se há previsão orçamentária na Lei de Meios de 83, para esse fim. O Sr. João Cabral Jr., respondendo às indagações, afirma que houve previsão orçamentária, mas que ela está muito aquém do necessário. Diz, ainda, que o problema das desapropriações é muito complexo, haja vista que existem áreas "sub judice". O Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, após várias considerações de ordem sócio-econômicas, formula indagações ao Sr. Presidente do ITC para saber quantas são e o que tem sido feito de concreto para as famílias que habitam a reserva. O Sr. Presidente do ITC, respondendo à inquirição afirma que nada foi feito pelo governo anterior e que o Instituto está procedendo a um levantamento para saber qual é o número de famílias que habitam o Parque. A propósito de indagações feitas pelo Deputado Edgard Ribeiro Pimentel, relativamente à área que constitui o Parque e sobre recursos para o processo de legalização, o Sr. João Cabral Jr. esclarece que existem áreas em litígio, motivo porque a desapropriação não poderá ser feita na integralidade e que o valor para as desapropriações da parte viável seria da ordem de um bilhão, setecentos e treze milhões e quinhentos mil cruzeiros. Pondera ainda que uma forma para não se perder o prazo legal, seria o ajuizamento das ações da parte viável com o conseqüente depósito inicial de vinte por cento, o que implicaria na importância de quatrocentos milhões de cruzeiros. O Deputado Adhail Sprenger Passos, pela ordem, solicita ao Sr. Presidente que peça às entidades presentes que se identifiquem junto à Secretária, fornecendo endereços para possibilitar futuros contatos, no que é atendido. A propósito de sugestão do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, o Sr. Presidente solicita também sejam encaminhadas à secretária, propostas escritas porventura existentes. O Debate prossegue com a participação da Sra. Luiza Merkle, Secretária da ADEA, do Sr. Engenheiro-agrônomo Célio Clarete da Silva, Técnico da SUREHMA, do Sr. Roberto Lange, Técnico do ITC, do Sr. Walmir Esper, da associação de Biólogos do Paraná, da Senhorinha Suzy D'Ávila, do Grupo de Escoteiros Messiânico, cujas indagações sobre a problemática de implantação do Parque são respondidas sucessivamente pelos Srs. convidados especiais. O Deputado Quielse Crisóstomo, com a palavra, a propósito de considerações feitas pelo Sr. Célio Clarete da Silva, diz de suas atividades pregressas, que desenvolveu como homem público, ligadas à área do meio ambiente. O Sr. Jorge Modesto, do Movimento Ecológico Sete Quedas, com a palavra, formula convite aos presentes para participarem do Encontro Nacional de Entidades Ecológicas, que será realizado entre cinco e sete de agosto, cujo tema será pesticidas. Face ao adiantado da hora, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, para as considerações finais, que assinala a importância do presente debate, afirmando que os subsídios oferecidos abrirão novos horizontes para a solução da questão. Lamenta a ausência do Sr. Delegado do IBDF, prometendo reiterar convite àquela autoridade para vir perante a Comissão prestar informações acerca da situação daquele Órgão no Parque. Diz ainda que a Comissão reúne-se às terças-feiras, após a sessão plenária, ocasião em que está à disposição da comunidade paranaense no que tange ao campo que lhe é afeto e que hoje mesmo, em sua reunião, dará continuidade ao estudo e análise dos problemas suscitados. Finalizando, assegura que a Assembléia envidará esforços no sentido de gestionar junto às autoridades competentes, inclusive federais, objetivando respaldo financeiro para as desapropriações e no sentido de

serem realizadas articulações para a apresentação de emendas à Constituição. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrados os trabalhos da reunião, agradecendo pela presença dos convidados especiais e das demais pessoas. Para constar, lavro a presente ata, que será complementada com as notas taquigráficas, após a decifração das mesmas e dela farão parte integrante. Esta ata, depois de lida, aprovada e assinada, será publicada para produzir os efeitos legais.

(aa) OSVALDO ALENCAR FURTADO — Presidente

Myrthes Magda Gomes — Secretária

O SR. PRESIDENTE — (Osvaldo Alencar Furtado) Gostaria de pedir desculpas pelo atraso da reunião, face a imprevistos. Gostaríamos de convidar o Professor João Bigarella, para tomar parte aqui na Mesa, Dr. Mauro Maranhão, Procurador Geral do Estado, Dr. João Cabral, Presidente do ITC. Agradeço a presença de todos, dos Deputados membros da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e lamentar a ausência do representante do IBDF, salvo se esteja aí representado, ou ter confirmado sua presença. Gostaríamos de poder contar com a presença do General Alcindo Pereira Gonçalves.

Declaramos aberta esta reunião, que é com a finalidade específica para tratarmos do problema da Serra do Mar, da implantação do Parque Marumbi. E nós, a princípio, gostaríamos de passar a palavra ao Professor Bigarella, que é um dos estudiosos do problema ecológico do Paraná e do Brasil, quicá do mundo, e desejariamos antes do Professor tomar a palavra, dizer que esta reunião deve ser a mais descontraída possível. Na mesa, todos têm o serviço de microfonia, onde vocês poderão — apertando o botãozinho branco, solicitar o som e participar do diálogo e do debate, para ver se encontramos um caminho que traça a solução para o problema do Parque Marumbi.

Com a palavra, o Professor Bigarella.

O SR. BIGARELLA — Sr. Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, minhas Senhoras, meus Senhores.

Agradeço o honroso convite para participar desta reunião. Represento cerca de 50.000 associados da ADEA Nacional e da ABPPOLAR-Pr.

Se aqui vim, não foi para fazer críticas negativas ou destrutivas, ao que existe de errado no trato com o meio ambiente.

Não vim tecer elogios ao que de concreto ou positivo tem sido realizado pela administração pública.

Não vim aqui pedir ou mendigar em prol do meio ambiente, e sim, exigir do Governo, isto é, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, medidas concretas e não demagógicas, com respeito aos sérios problemas ecológicos que estão degradando a qualidade de vida do paranaense.

O ambiente em que vivemos, já está consideravelmente degradado e enfrenta crise muito mais séria do que os administradores admitem.

A degradação ambiental vem aceleradamente corroendo as bases da economia do Estado do Paraná. Sua forma de ação é sutil, persistente, não imediatamente percebida, porém efetiva, já a curto prazo.

Salvo honrosas exceções, a administração pública sempre esteve de braços cruzados em face à magnitude do problema ambiental.

Poucos foram os homens públicos que se dedicaram à solução dos problemas que afetam o meio em que vivemos e afligem o homem do campo e das cidades.

Via de regra, os governos usam de subterfúgios para se esquivar de responsabilidades com respeito ao ambiente e, aí elas são responsáveis, e porque não dizer incapazes de enfrentar o problema. Costumam fazer uma "cortina de fuma-

ça" para atrás dela se esconderem e acomodarem, como se fossem heróis da defesa dos problemas sociais.

Os senhores já se perguntaram qual a origem dos graves problemas sócio-econômicos do Paraná? Por que o homem deixa o ambiente rural? Por que as cidades incham com homens que se marginalizam?

Muitos são os "bodes expiatórios" (multinacionais, condições climáticas, etc. etc), porém ninguém vai à causa fundamental do problema, e aqui quero energicamente frizar: toda base dos problemas sociais reside na degradação ambiental.

Viaje-se pelo Paraná para ver o que fizeram deste Estado. Safra recorde de 30 por cento ou mais da produção brasileira são obtidas no que ainda resta de produtivo em nosso patrimônio pedológico.

Elas são ilusórias. Não se enganem os senhores, amanhã não as teremos mais. E, quem é o responsável?

O agricultor? O Governo? Principalmente este, por ser mercantilista, imediatista, antipatriótico, muitas vezes corrupto e irresponsável.

Estamos aqui para exigir a atenção da administração, a respeito dos graves problemas ecológicos que afetam o nosso sucesso sócio-econômico.

É prática geral dos governos alegarem problemas sociais para se eximirem de enfrentar a solução de uma situação de fato, que consiste na proteção ambiental.

Assim o insubstituível patrimônio do Estado, parques, fundos de vale, encostas íngremes e outras áreas de preservação permanente são destruídas sem que a administração interfira.

Quando interpelado o governo, diz puerilmente que não pode causar novos problemas sociais e ponto final.

Isto é vergonhoso. É cômodo. Pois a organização não vai contra seu interesse eleitoreiro imediatista.

E o Estado, como fica? Ele que se degrade, isto é problema para o próximo governo, e assim por diante...

Onde foi a riqueza das regiões outrora férteis? A erosão que o responde.

A Serra do Mar em geral e o Parque do Marumbi em particular são testemunhas da incapacidade dos Governos Federal e Estadual em gerir nosso patrimônio natural.

Foi comprovado cientificamente por trabalhos realizados na Universidade Federal do Paraná, na ADEA e no próprio Estado, que o desmatamento da região serrana causará sérios danos às instalações portuárias, 45 cientistas e técnicos de 19 países, aqui estiveram em julho de 1975, examinando o problema e foram unânimes em recomendar a preservação da Serra do Mar, como imprescindível para manutenção do Porto de Paranaguá.

Não basta isto, meus senhores.

Todos falamos para as paredes ou para ouvidos moucos. Ser analfabeto, cego ou surdo é perdoável, mas quem tem ouvido, sabe ler e é capaz de ouvir e não toma atitude digna, é mal intencionado para não dizer outras coisas mais.

O que a ADEA-Nacional e ABPPOLAR-PR pedem é que haja um pouco mais de patriotismo e que a administração não seja irresponsável.

Quanto vale para o Paraná e para o Brasil o Porto de Paranaguá? Não tem preço, bilhões ao infinito...

É preciso que o governo federal se conscientize disso e não conceda autorizações de desmatamentos em áreas de segurança ambiental e mesmo nacional como vem fazendo diretamente de Brasília, favorecendo interesses políticos escusos de grupos econômicos de outros Estados.

Não basta o caso de Itaipu? O Paraná é um Estado soberano e não uma colônia do Brasil.

É necessário que o Estado tenha mais autonomia no que concerne à proteção dos seus recursos naturais e, porque não dizer do ambiente do qual depende a qualidade da vida do paranaense.

Não toleraremos mais a omissão dos Poderes competentes a respeito dos problemas ecológicos. Estaremos sempre atentos, denunciando os atentados cometidos contra o patrimônio do Estado, seja por pessoas, grupos econômicos ou inoperância dos órgãos do Governo.

Por outro lado, colaboraremos com o governo na solução dos problemas ambientais como mandam os Estatutos da ADEA.

No dia 05 de maio de 1983, a ADEA em Assembléia, discutiu os problemas do Parque Marumbi e da Serra do Mar. Como resultado da reunião, foram propostos subsídios aos poderes legislativos estadual e federal, para que viabilize uma emenda constitucional que não venha mais onerar os cofres públicos, permitindo a preservação de recursos naturais de interesse especial, como é o caso da floresta da Serra do Mar, da qual depende a proteção do Porto de Paranaguá.

O texto das emendas constitucionais, tivemos a satisfação de encaminhar ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado, Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná.

Esperamos assim que a ADEA-Nacional e ABPPOLAR-PR tenham contribuído de forma significativa na busca de soluções para os problemas ecológico-ambientais do Paraná e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE Passaremos a palavra ao Dr. João Cabral e posteriormente ao Dr. Mauro Maranhão. Em seguida deixaremos aberto o debate para que todos possam participar da profícua troca de idéias.

Com a palavra o Dr. João Cabral, Presidente do ITC.

O DR. JOÃO CABRAL — Sr. Presidente desta Comissão de Meio Ambiente, nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, Srs. Deputados componentes desta importante Comissão; Sr. Procurador Geral do Estado, Dr. Mauro Maranhão; Professor Bigarella, este lutador denodado na defesa do meio ambiente, Presidente da ADEA; minhas senhoras e meus senhores.

As colocações do ilustre Presidente da ADEA na verdade estão respaldadas na realidade que todos nós temos verificado no Estado do Paraná e no Brasil.

Na verdade, o poder público muito pouco tem feito de concreto na defesa do meio ambiente. No entanto, é importante que se ressalte que a diferença que hoje vislumbramos, é que o Governo que hoje assumiu o Paraná neste ano, que conta com o respaldo de uma vitória eleitoral, o que demonstra a aprovação dada de parte majoritária da população, do seu programa, inclusive, relacionado ao meio ambiente, este governo correspondendo com esta confiança e com o respaldo do voto popular, hoje assume as suas responsabilidades nos diversos setores da administração pública e também no que tange ao meio ambiente.

Ao assumirmos a presidência do ITC, já na primeira semana, como providência concreta e não teórica, apenas nomeamos uma comissão de alto nível constituída por advogados, engenheiros, naturalistas, pessoas que compõem o quadro do ITC, no sentido de que nos levantassem a situação real relacionada não somente ao Parque Marumbi, mas todo meio ambiente do Paraná.

E especificamente cobramos e solicitamos num prazo mais rápido possível um documento que questionasse a situação do Parque Marumbi e oferecesse soluções concretas para o enfrentamento deste importante problema que recebemos para resolver.

E com relação ao meio ambiente, no geral, nós não poderemos abstrair que num modelo econômico existente no País onde se privilegia a iniciativa privada, a propriedade privada, é evidente que nasce aí uma contradição, entre um interesse de um empresário daquele que tem que procurar

soerguer a sua empresa e do interesse público ao nosso ver, preponderante da defesa do meio ambiente e da conseqüente melhoria da qualidade de vida do povo.

Dentro desta realidade, não podemos abstrair. Cabe ao Poder Público assumir uma parcela ponderável das responsabilidades e providências relacionadas ao meio ambiente. Nós temos e não podemos esquecer e, rapidamente, levando que nós contamos com o ordenamento jurídico, constitucional, eminentemente centralizador, que passa à União, os poderes maiores de decisão, relacionadas às questões mais importantes da vida nacional.

Urge que consigamos uma reforma tributária que fortaleça os Estados e os Municípios; urge que consigamos reformas constitucionais que dêem aos Estados o poder de regular e disciplinar o seu meio ambiente. Porque é um absurdo, nós entendemos, que o mesmo ordenamento jurídico prevaleça no Paraná e prevaleça no Maranhão, em que as situações ambientais são, com certeza, díspares, e exigem também soluções e um ordenamento jurídico específico para os problemas ali encontrados.

Com relação ao Parque Marumbi, qual é a situação em que recebemos, juridicamente? Verificamos que, no final do ano de 1978, o Governo do Estado do Paraná baixou quatro decretos, dois deles declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, o perímetro conhecido pelo Parque Marumbi, e, no mesmo dia, baixou dois decretos declarando esses perímetros como de preservação permanente. Pois bem. Quais as conseqüências desses decretos?

Aqueles que declararam de utilidade pública para fins de desapropriação, exigiram, conseqüentemente, que o Governo viabilizasse recursos no sentido de que o Estado pudesse implementar a imprescindível desapropriação do perímetro do Parque Marumbi.

E, para tanto, teríamos, o Poder Público, cinco anos de prazo para buscar esse objetivo, os quatro anos que se findaram e mais o ano de 1983, já no novo Governo.

Todavia, é importante que se ressalte que durante os quatro anos do Governo anterior, nenhuma providência orçamentária foi prevista para que o Parque Marumbi pudesse ser realmente resguardado, porque a desapropriação não foi feita.

Neste ano, teríamos, em tese, que fazer, até outubro, portanto, de março até outubro, a partir da posse do novo Governo, fazer tudo aquilo que não foi feito nos últimos quatro anos. E a situação, como todos os senhores sabem, não exige que analisemos a situação do quadro econômico do País e mesmo orçamentário deste Estado como "déficit" terrível, é difícil.

Todavia, a essas dificuldades, antepomos a consciência do Governo do PMDB, do Governo José Richa, já antes de sua posse, em contato que tivemos para discutir o problema do Parque Marumbi, antepomos as dificuldades que são verdadeiras, não são sonhadoras, não nascem de abstrações teóricas, mas têm o respaldo da realidade, nós antepomos a estas dificuldades, a nossa determinação, e providências concretas, no sentido de que o Parque Marumbi seja preservado.

E os senhores provavelmente perguntariam: e como, se não foi feito em quatro anos, como faremos agora em seis meses? Realmente, as dificuldades são grandes. No entanto, nos contatos que estamos mantendo, a nível das demais secretarias, principalmente aquelas que lidam com as finanças do Estado, estamos encontrando a maior receptividade, no sentido de que, mesmo dentro desta dificuldade grande, orçamentária, possamos viabilizar recursos necessários para que até o mês de outubro a gente possa, realmente, ajuizar as ações necessárias de desapropriação.

Quando digo isto, não estou ainda colocando uma certeza, porque, na verdade, esses recursos até aqui são inexistentes mas no entanto está sendo feito um estudo no sentido de que,

parte desses recursos, pelo menos o suficiente para que ajuizemos as ações expropriatórias, sejam viabilizados a curto prazo.

No entanto, se por uma hipótese que nós por enquanto nos negamos a admitir, esses recursos não forem encontrados, e eu estou convencido que encontraremos uma solução, ainda nós temos o decreto que declarou aquele parque de preservação permanente, o que propicia, porque esse decreto não caduca em outubro, caduca sim, os decretos relacionados à declaração de utilidade pública para fins de desapropriação, mas o de preservação permanente vigorará, continuará vigorando e, com respaldo nesse decreto, o ITC, respaldado na vontade determinada do Governador José Richa, do Secretário Claus Germer, da Agricultura, dos demais Secretários, do Procurador Geral do Estado que também tem uma ativa participação no que diz respeito ao Parque Marumbi no que tange às ações eventualmente ajuizadas, aliás, já existem ações, várias, ajuizadas contra o Estado do Paraná.

Com todo este respaldo, o ITC, no exercício legal de suas atribuições, em função de convênios que mantém com o IBDF, impedirá o desmate das florestas que constituem o Parque Marumbi.

Em síntese, seria esta a colocação preliminar que teríamos, Sr. Presidente, e ficaríamos ainda à disposição, para a continuidade dos debates, ressaltando, para finalizar, que estamos realmente determinados na preservação do Parque, não somente pela sua importância, da sua beleza paisagística, mas — como disse bem o Professor Bigarella — pela sua importância fundamental para a preservação da bacia de Paranaguá e Antonina, do próprio Porto de Paranaguá, que sem as florestas da Serra do Mar, sem as florestas do Parque Marumbi, com certeza, segundo levantamentos técnicos já efetuados, irão assenhorear-se e teremos, com certeza, a curto prazo — curto prazo — o comprometimento total do Porto de Paranaguá; isto ainda sem falar da importância do Parque Marumbi com relação ao abastecimento de água da região metropolitana e dos municípios litorâneos e também da própria preservação das estradas que demandam ao litoral, enfim, subjacentes ao Parque Marumbi, estão realmente interesses do Paraná da maior importância, e que estão a exigir, não somente do Poder Público mas da comunidade, das Associações, uma discussão constante e tomadas de posições voltadas à preservação da Serra do Mar e do Parque Marumbi, como aliás o Professor Bigarella, por questão de justiça — temos que ressaltar — tem sido um denodado lutador.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Dr. Mauro Maranhão, Procurador Geral do Estado.

O DR. MAURO MARANHÃO — Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, digno Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente; Srs. Deputados, Sr. Professor José Bigarella, eminente presidente da ADEA, Dr. João Cabral, eminente presidente do IC, Senhoras e Senhores presentes

As questões colocadas pelo Professor João Bigarella, nós não as examinaremos porque as aceitamos também, e entendemos que as exigências são absolutamente procedentes, então, impõe-se a adoção de medidas para se concretizar aquilo que, eu creio, seja a aspiração de todos e é a aspiração do Governo do Estado do Paraná.

Teríamos, objetivamente, que tratar de duas soluções para se tornar uma realidade, o que se chama hoje de Parque do Marumbi. Temos, como disse o Sr. João Cabral, dois Decretos expropriatórios e esses decretos vão caducar no mês de outubro; temos também um decreto que estabelece como de preservação permanente, florestas nativas do que se chama também Parque Marumbi.

Então, teríamos duas alternativas, e embora a consci-

ência que nós temos da defesa do meio ambiente, temos limitações orçamentárias. Como disse o Dr. João Cabral, não há nem previsão orçamentária, para que se deflagre a desapropriação. A primeira das soluções seria com base no decreto que estabeleceu como reservas de preservação permanente, as florestas e que então o Estado estabeleceria uma fiscalização e imobilizaria qualquer atividade no Parque, face a esses decretos, e esperaríamos o momento oportuno com dotações orçamentárias para se realizar a desapropriação, propriamente dita.

E essa primeira alternativa tem um problema que é o fato de que os particulares, proprietários das áreas, poderão promover as ações de desapropriações, as ações indiretas de desapropriações. E a segunda das soluções será o Estado, antes que caduquem os decretos expropriatórios, promova a ação de desapropriação direta, mas para isso precisaríamos de recursos. Há absoluta sensibilidade por parte dos secretários da órbita financeira, o Secretário do Planejamento, o Secretário de Finanças para atender essa questão.

O que eu proponho a esta comissão é examinar e discutir quais as alternativas, e se for uma opção escolher pela segunda, a segunda opção, essa comissão que promova a indicação ao Governo do Estado, no sentido de que ele envide esforços, carreie recursos necessários, suplementando verbas para o efeito de ser deflagrada a desapropriação.

Mas, a par desse fato e o que eu gostaria que o Professor Bigarella colocasse, e o ITC, são a concretização da desapropriação, os atos que vão permitir que o que se chama hoje de parque, seja efetivamente um parque. Então a colocação inicial, objetivamente seria essa, se for o caso, discutirmos as questões.

O SR. PRESIDENTE — Quem desejar fazer alguma indagação, ou colocação, esteja à vontade.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Vossa Excelência há pouco informou que a reunião deveria ser um tanto quanto informal.

Nós, como Deputados desta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, estamos sequiosos para ouvir a comunidade aqui muito bem representada por estas pessoas que acolheram o nosso convite para ouvir opinião, sugestões que por certo existem, e pedi a oportunidade para iniciar o debate, para quebrar o gelo. É natural esta frieza, que é uma característica, inclusive nossa, paranaense. Mas queremos quebrar este gelo e apenas com este objetivo inicial, já que estamos aqui para ouvir o que a comunidade tem a dizer no sentido de que possamos de fato concretizar o Parque Marumbi.

Eu faria uma pergunta ao Dr. Cabral. A primeira: uma das alternativas é a desapropriação e esta, está dependendo de recursos financeiros. Eu pergunto: no orçamento de 1983, há algum recurso com esta destinação específica? Se for afirmativa a resposta, qual esse valor? Qual o valor das desapropriações, para que possamos ter um dado efetivo de qual o valor financeiro que devemos pleitear do Governo do Estado para concretizar as desapropriações? É a pergunta, extremamente objetiva.

O DR. JOÃO CABRAL — Pela primeira vez nestes últimos anos foi previsto para o orçamento de 1983, a importância de 150 milhões de cruzeiros para o Parque Marumbi, e esta verba ainda está bloqueada. Vale dizer, está no orçamento este número, mas os recursos ainda terão que ser implementados de uma forma ou de outra.

No entanto, esta importância de 150 milhões de cruzeiros está muito aquém do necessário. Procedemos àquele estudo que me referi no início, já concluímos o nosso trabalho, o nosso documento, e verificamos uma diversidade de situações dentro

do Parque Marumbi.

Seria talvez interessante eu rapidamente colocar para ilustrar a discussão. Verificamos que 23.500 hectares do Parque Marumbi estão inseridos em situações jurídicas complexas e diversas. Aproximadamente 10.000 hectares desses 23.500, já são objeto de ações de indenização contra o Estado do Paraná por desapropriação indireta. Portanto, o deslinde dessa questão se dará a nível do Judiciário. Aproximadamente 13 mil hectares estão também "sub judice" em litígios entre particulares que estão decidindo entre si qual é o dono dessas áreas. Portanto, a desapropriação dessas áreas de imediato também não é do ponto de vista técnico-jurídico uma necessidade imperiosa para a preservação do Parque, uma vez que estamos sustentando qualquer desmate nessas áreas e então teríamos que seria de todo conveniente que antes tivesse o deslinde de quem é o dono dessas terras, respeitando a decisão do Judiciário para procedermos à desapropriação.

E 400 hectares foram objeto de desapropriação amigável no final do ano passado, a partir de agosto, outubro a novembro do ano passado, foram liberados aproximadamente trinta milhões de cruzeiros para esse acordo amigável. Isso redundou na desapropriação amigável, na aquisição por parte do Estado, de 400 hectares aproximadamente.

Pois bem, abstraída essa parte de terras dentro do Parque estar nessa situação complexa e judicial a que me referi, teríamos ainda 19.047 hectares em condições de desapropriação. Vale dizer, o domínio está levantado e realmente é correto as pessoas que se dizem proprietárias de 19.047 hectares, realmente o são. Não existe dúvida e nem discussão sobre essa situação. Para a desapropriação desses 19.047 hectares, verificamos que a rigor, para se pagar hoje essas propriedades, teríamos que ter à disposição a importância de um bilhão, 703 milhões e 500 mil cruzeiros.

Pois bem, e o resto do parque não está nem nos 19.047 nem nesses 23.500. Temos ainda mais 30.000 hectares que não foram objeto daquele decreto, ou seja, não foram elencadas as propriedades que compõem esses 30 mil hectares. Isto significa que, muito embora estejamos exercendo a fiscalização e impedindo o desmate, isso significa que teremos que proceder o levantamento dominial e possessório daquelas áreas, no sentido de, a curto prazo, talvez no ano que vem, possamos baixar um decreto, declarando aquelas terras de utilidade pública para fins de desapropriação, independentemente da caducidade desse outro decreto, porque esse não abrangeu especificamente todas as propriedades, muito embora tenhamos um perito e que esses 30 mil que ficaram fora do decreto, consideramos área do Parque e estamos evitando o desmate com base no decreto de preservação permanente.

Então, ficamos aqui, em 19.047 hectares que poderíamos desapropriar, se já tivéssemos recursos. Os recursos, quais são? Seriam um bilhão, 713 milhões e 500 mil cruzeiros. Todavia, desta importância, para viabilizar o ajuizamento da ação de desapropriação, poderíamos depositar por volta de 20 por cento desse valor, o que seria uma forma de nós, juridicamente, preencher os requisitos da lei e ajuizarmos a desapropriação, o que daria por volta de 340 milhões de cruzeiros. Estão previstos 150.

Precisa ver se este dinheiro existe, e estamos dialogando com a área financeira, e esse dinheiro deverá ser liberado, mas estamos também reivindicando a complementação desses 340 milhões.

Isso, aproximadamente, precisaríamos ter 400 milhões, porque a par do ajuizamento da desapropriação, precisamos também tocar o levantamento dominial e possessório das demais áreas, para que possamos, a médio prazo, implementar a desapropriação. Isso exige advogados, técnicos, veículos, combustível, enfim, uma série de recursos. Então, no mínimo, o que reivindicamos veementemente, e isto temos a certeza que

será implementado, seria aproximadamente 400 milhões, imediatamente.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Eu dirigiria ainda uma pergunta ao Dr. Cabral, se essa medida fosse posta em prática, isto é, o depósito em juízo desses 400 milhões, que necessariamente precisamos primeiro de recursos, mas certamente uma vez colocada à disposição dos proprietários em juízo esta importância, teríamos a fórmula de agilizar todo esse processo, porque no meu entender, Dr. Cabral, se formos deixar que os possíveis proprietários daquela área, aqueles que reivindicam para si parte dessa área e o senhor disse muito bem que existem áreas no Parque Marumbi, pedaços dessas áreas que são reclamados por "ene" pessoas. Então, se depositasse, ficaria essa questão de quem é realmente o proprietário, quem tem o título desse quinhão de terra, desse imenso Parque, creio que se, se depositasse em juízo, possibilitaria àqueles que estão questionando, agilizar e achar um denominador comum e ver realmente aquele que é de fato o proprietário.

Porquanto se ficarmos esperando o ITC ou outro organismo, ficar aguardando que estas partes cheguem a um consenso, a um acordo e se encontre realmente a solução de quem é aquele pedaço de terra reclamado — não sei se você está entendendo a minha linha de raciocínio, talvez eu esteja um pouco confuso — tenho a impressão, em síntese, de que se conseguíssemos os recursos, os 400 milhões de cruzeiros, 20 por cento do montante e depois depositasse em juízo para que o Estado pudesse de fato, de direito, ser dono daquela área do Parque Marumbi, talvez seria a forma de agilizar esse processo de legalização desse sonhado Parque Marumbi, do grande alcance, todo mundo sabe, da própria sociedade paranaense.

O DR. CABRAL — Pelo que entendi o nobre Deputado preconizaria a viabilização de recursos para desapropriação global do Parque, no que tange aos 72 mil hectares, não é isso? Não somente aquela parte que está deslindada, mas a outra que está conflitada?

O SR. EDGARD PIMENTEL — O senhor disse que os 19 mil hectares hoje, precisaria de um bilhão e 700 milhões, aproximadamente. E que, se o Estado depositasse em juízo 400 milhões de cruzeiros — foi a interpretação que eu tirei — poderia legalizar o parque.

Então estou propondo o seguinte: se conseguisse, digamos, que esse recurso, esses 400 milhões de cruzeiros, para ser posto em juízo, para que os proprietários viessem acertar com o ITC ou com outro organismo do Estado, ou com o próprio Estado, a sua questão se tornaria mais fácil, porque eles certamente iriam para a justiça entre eles, e não o Estado estar discutindo questões individualmente, com cada um que se diz proprietário de um quinhão desse hectare.

O DR. CABRAL — Os números às vezes confundem, a coisa não é assim.

Esses 19 mil e 47 hectares, não existe nenhuma discussão com relação ao domínio, reconhecemos que várias pessoas são proprietárias dessa área.

Para essa área, precisaríamos essa importância de 400 milhões, para cumprir uma exigência legal, não para indenizar tudo, porque tudo seria um bilhão e 700 milhões. Mas cumpriríamos a exigência legal e implementaríamos a desapropriação.

Agora, fora disso é que existe mais 23 mil e 500 hectares, que estão "sub judice" e como não existe uma definição dominial, com relação a essa área, e por outro lado, nem o dinheiro também existe, seria totalmente irreal a gente pretender com relação a esses 23.500, a gente tomar alguma providência

na justiça. Mas, os 19.047, esses eu considero necessário e plenamente viável a sua posição. Realmente, a partir do momento em que ajuizarmos a ação depositando esse dinheiro, os proprietários poderão ou concordar com as importâncias que consideramos e, no curso da ação, porque essa ação se prolonga um pouco, haverá uma discussão sobre esses valores.

**UM SR. ORADOR** — Permita-me esclarecer o seguinte: para promover a desapropriação, o Poder Público contra os particulares, é indispensável que o particular ostente um título de domínio, sem nenhuma discussão sobre o mesmo.

Então, não é possível ser deflagrada a desapropriação quando particulares estão discutindo quem é o proprietário do imóvel, ainda. Então, na realidade, hoje não é possível se fazer a desapropriação da integralidade das áreas. Somente naquelas em que não há mais discussão com relação a quem seja o proprietário.

**O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO** — Eu pediria a palavra.

Nós todos ouvimos muitos pronunciamentos que já foram feitos aqui na Assembléia, publicações em jornais de grande conteúdo poético em torno do meio ambiente. Mas, notamos que talvez o fundamento, o motivo principal de todos os movimentos em defesa da ecologia, todos os amantes da defesa da ecologia nem sempre se lembram do porquê, da razão principal. Pensamos hoje no meio ambiente para o homem do amanhã.

Procuramos fazer hoje o que talvez as autoridades de ontem esqueceram de fazer para o homem de hoje.

Então, em síntese, para que não façamos também muita filosofia, muita poesia, o objetivo principal de todos os movimentos em defesa da ecologia é o bem estar do homem, é assegurar a saúde como completo bem-estar físico, social e mental do homem. Este é o objetivo, este é o ponto fundamental. E nós, muitas vezes, eu fui para aqueles que não são do meu tempo, fui Chefe da Polícia Sanitária Estadual durante dez anos, de 60 a 70, e corri este Estado trabalhando com os amantes da defesa do bem estar, bem-estar em todo o seu sentido, na saúde, em toda a sua definição, e vejo hoje, como membro desta Comissão, um momento de lembrar, Sr. Presidente, Srs. Membros desta Mesa, de um ponto que muitas vezes talvez tenha passado despercebido.

Lutamos para o bem estar do homem de amanhã e esquecemos do bem-estar do homem de hoje, quando tratamos do Parque Marumbi. Devemos consorciar, devemos acoplar as situações. Não podemos e não temos o direito de, em defesa do homem de amanhã, causar a miserabilidade do homem de hoje, que é o que está sendo feito no Parque Marumbi.

E neste sentido faço uma pergunta ao Presidente do ITC. Quantas famílias tem dentro do Parque Marumbi, que estão há quatro anos proibidas de usar a sua terra, e o que foi feito em benefício dessas famílias que, muitas eu sei, estão vindo na Assembléia buscar o pão de cada dia, esmolando e sendo proprietário legítimo de terras, através de um decreto que eu considerei — e disse a Sua Excelência o Governador da época — um absurdo, não pela validade e objetivo, assegurando o futuro e o bem-estar da comunidade, mas pela falta de previsão do presente. Porque não temos o direito de saquear a propriedade particular, nem nós nem o Governo nem as associações, nem o ITC e nem a Procuradoria Geral do Estado.

Não temos o direito de fazer o homem de hoje passar fome, e o objetivo em defesa do bem-estar do homem de amanhã ou de depois de amanhã. Então, neste sentido, prezado diretor do ITC, Vossa Senhoria que é um dos estudiosos e com quem já tive o privilégio de privar muitas vezes no trato das coisas da terra, eu pergunto.

Quantas famílias estão dentro desta área de aproximadamente 35 mil alqueires e quais as providências que já tem o

ITC, o Estado, este Governo, porque o Governo anterior nada fez, e eu fui líder e sou líder do PDS e já acusei pessoalmente o ex-Governador da falta de previsão e do bem-estar do povo que está dentro do Parque Marumbi. E hoje, porque acho que existem condições, existem terras que podem ser ocupadas em outras áreas pelas famílias que passam fome dentro do Parque Marumbi por falta de previsão da aplicação desses decretos.

Pergunto para que possamos acompanhar nesta Comissão o desenvolvimento desse trabalho, se está consentâneo, um trabalho global. Quantas famílias e quais as providências para que elas não passem fome até que a justiça decida, e o Estado determine e o dinheiro venha.

**O DR. JOÃO CABRAL** — Na verdade o nobre Deputado toca num ponto importantíssimo, qual seja, o destino das famílias que habitam a Serra do Mar ou o Parque Marumbi.

Na verdade, esse levantamento é o mínimo que deveria ter sido feito nos últimos 4 anos. Além desse levantamento, teríamos que ter tido recursos no sentido de ajuizarmos ações discriminatórias inclusive, para separar as terras que realmente são particulares daquelas devolutas, porque muitas áreas ali foram griladas à margem da lei.

Realmente, Deputado, a gente tem se ressentido, porque já estávamos no ITC como advogado do ITC, Procurador do ITC, a gente tem se ressentido de vozes, mesmo a nível do legislativo na última legislatura, de vozes que realmente denunciavam e levantavam os problemas sérios que estão subjacentes ao Parque Marumbi. O atual governo, a atual administração e o ITC, na verdade, não estão absolutamente insensíveis a esse problema, que é um problema concreto, que são aquelas populações que lá vivem. E, no que tange a essas pessoas, quer sejam proprietários ou posseiros, e que vinham explorando aquela terra com plantações às vezes até de mera subsistência — banana e outras culturas — temos, essas pessoas que têm podido ainda fazer essas plantações, desde que elas não impliquem em novos desmatamentos. Dentro do Projeto que temos de solução para o Parque Marumbi acoplado a essas providências de ordem jurídica da desapropriação, estamos, paralelamente, fazendo um estudo no sentido de que as famílias que realmente trabalham a terra, quer sejam posseiros ou proprietários, possam ser reassentados em outras áreas. Principalmente aqueles posseiros humildes que lá trabalham e que levam uma cultura de subsistência.

Então, a nossa preocupação com relação às populações ali, primordialmente, são com essas pessoas que realmente estão lá vivendo de uma agricultura de subsistência.

Então, a preocupação existe, estamos trabalhando no sentido de promover o futuro reassentamento dessas pessoas, logo após a desapropriação. No entanto, é evidente que em um mês de governo as dificuldades são muito grandes, no sentido de proceder todo esse levantamento que deveria ter sido feito nos últimos quatro anos e não foram feitos. E isso a gente ressalta, porque é uma realidade e os próprios Deputados reconhecem.

No entanto, este Governo não está apenas preocupado com a importância do Parque Marumbi para as pessoas do amanhã; estamos preocupadas com as pessoas do hoje que lá estão. Mesmo porque esses interesses da melhoria das condições de vida e sobrevivência das pessoas, estão muito ligadas à população e à comunidade, que têm se manifestado no sentido das preservação do parque, mas com vistas à melhoria das condições de vida e a preservação de um mínimo de nível de qualidade de vida para os seus filhos que são do hoje, que vivem hoje e já estão ameaçados de sofrerem prejuízos incalculáveis.

E acrescentaríamos aquilo que colocamos com relação à economia do Paraná, que também está acoplada num rol de

preocupações. Com relação às pessoas que estão lá trabalhando temos a maior preocupação e iremos viabilizar uma solução para esse tipo de problema. É evidente que a solução ideal seria através de um mecanismo de desapropriação de outras áreas em outros locais. No entanto, o Poder estadual não dispõe do poder que o INCRA tem, que o Governo Federal tem de desapropriar e pagar com títulos a dívida agrária. O Estado quando pretende desapropriar deve pagar em dinheiro e adiantadamente. O que representa uma limitação de poder muito grande, diante dessa crise financeira que o País está mergulhado.

Todavia, estamos mantendo contato com o INCRA, com o Governo Federal, e os contatos têm sido bastante promissores no sentido que o Estado, através de um convênio, lhe sejam delegados poderes para também atuar neste nível de desapropriações por delegação do Governo Federal, em casos que a lei identifique como possíveis.

O SR. BIGARELLA — Estamos, o homem de amanhã, de ontem porque a situação de ontem nos deu a situação de hoje. Ontem, ninguém fez nada por nós que estamos aqui hoje. Portanto, eu acho que o ponto básico tem que ser procurado, uma solução racional.

Há 22 anos atrás, 1960-61, estávamos nós, nosso grupo de trabalho da UFPr, trabalhando em levantamento de detalhe da baía de Paranaguá. E naquela época, ficamos assustados, preocupados com o problema do levantamento que estava sendo feito lá, mostrando a taxa de sedimentação, de erosão existente já na época com a grande parte da floresta da Serra do Mar preservada. Somente o que tinha sido devastado já. Terminou praticamente com o Porto de Antonina, e está avançando como uma onda de assoreamento em direção a Paranaguá. Quando não haverá mais recursos para o Paraná para que seja feita a dragagem tal o volume de sedimentos que chega nesta baía.

Nós, absolutamente, não estamos fazendo poesia. As associações conservacionistas representam o povo, o interesse do povo nos seus direitos de uma qualidade de vida. O homem é muito fácil a todo poder constituído fazer demagogia, que está protegendo o homem, quando na realidade não o está, está sim protegendo o seu interesse eleitoral. É isso que tem acontecido até agora, e o que queremos é uma mudança nisso. É preciso uma revolução neste sentido de idéias, e esperamos que aqui na Assembléia Legislativa, saia de agora para frente algo de concreto, que venha realmente responder ao que precisamos. Precisamos a defesa do que é nosso, não queremos exportar por São Paulo e nem por Santa Catarina.

Por que não está o IBDF presente aqui? Porque não tem o mínimo interesse. É um Instituto Brasileiro de devastação florestal, e é o que tem feito pelo Paraná. Em Santa Catarina, não há desmatamento, o catarinense vem desmatar no Paraná. O catarinense, o gaúcho vêm desmatar aqui, por que isso?

É hora de por um ponto final. A ADEA, em sua reunião, tem suas diretrizes concretas, não poéticas, para dar um ponto final nesta questão.

A Serra do Mar, a nosso ver, os preços que estão aí para sua desapropriação, são preços de favoritismo. Porque o terreno na Serra do Mar, as vertentes com mais de 45 graus de inclinação, não podem ser, por lei, desmatadas. Aquelas entre 25 e 45 graus, requerem manejo florestal, que ninguém economicamente na Serra do Mar pode fazer manejo florestal devido ao acidente do terreno. Portanto, se o IBDF, não está aqui presente, houvesse disso e fosse atuar em defesa do Paraná, e nunca daria licença de desmatamento nessa área.

Portanto, o terreno da Serra do Mar, economicamente, em virtude do Código Florestal Brasileiro, precário como está, ele poderia garantir já esta área sem despesa alguma para o Estado. Bastaria fazer cumprir este código, e não precisamos só

proteger o Parque do Marumbi. Precisamos toda a Serra, se quisermos todo o Porto.

O que será do Paraná? Hoje já estamos sofrendo a consequência da falta de preservação ambiental do passado. Então não somos o homem de amanhã, somos o homem de hoje, que está sofrendo os problemas de quem não nos atendeu no passado.

Obrigado.

O DR. CABRAL — Só um esclarecimento, Professor Bigarella.

De que na verdade, nos cálculos destes valores que revelamos, estão, para que não haja contradição entre aquilo que falamos, computados nos cálculos, primeiro, foram debitados, foram descontadas as áreas, numa amostragem que temos, de preservação permanente. E os valores que temos que nos louvar, são valores que inclusive o próprio Judiciário já deu. E nestas ações do Judiciário não foram supervalorizadas as áreas, porque conseguimos que a assistência do Estado do Paraná, da defesa da Procuradoria Geral do Estado, como perito, tivéssemos um assistente que é um engenheiro do ITC, da maior responsabilidade e capacidade, no que tange às avaliações, para levar os valores como são, levando em consideração as regiões que não são suscetíveis de exploração, com base no Código Florestal.

Portanto, esses valores não são de favoritismo, são valores calcados na realidade técnica e poderemos até, em outra oportunidade, discutir esta parte e demonstrar como esses valores foram alcançados.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Fiz duas perguntas, objetivamente, quantas famílias e quais a previsão de quantas famílias existem no Parque Marumbi e qual a programação a curto prazo, já que o dinheiro não está sendo previsto para que haja uma tentativa de sobrevivência. E aproveitando este caso, foi a mim dirigido, ou intencionalmente aos políticos, os interesses eleitorais, devo dizer que dentro do Parque Marumbi 80 por cento não tem título de eleitor. São pessoas humildes que realmente sobrevivem do seu labor, do seu trabalho, não são eleitores. De modo que não há a menor preocupação eleitoral em cima disto, e sobretudo, porque a minha área política não é o Parque Marumbi. O município que defendo politicamente é Campina Grande, tem uma faixa pequena e a maior parte do Parque está no Município de Antonina. E sobretudo, a classe característica dos habitantes do Parque é de pessoas que nem título de eleitor têm. Não é esta a preocupação.

Perguntaria, quantas famílias foram levantadas dentro desta área e qual a programação para que possamos levar desta comissão uma resposta ao povo, realmente.

Nós é que somos o cotidiano das respostas do povo, o que está sendo feito e se existe autorização escrita que eles podem. Porque muitos têm vindo a nós dizendo que não há possibilidade sequer de tirar pedras, porque muitos sobrevivem cortando pedras para vender, para sua sobrevivência cotidiana. E segundo consta, o ITC proibiu, ou o IBDF, que eles tirassem pedras, sem nem falar em árvores. Nem em pedras podem mexer. Então o sujeito é dono de cem ou 200 alqueires e não tem para onde ir, e não tem como utilizar a terra.

As minhas perguntas são: quantas famílias e quais as providências atuais para a sobrevivência das famílias, já que o resto parece estar sendo providenciado. É uma pergunta que faço para a população atual, para que eu possa dar uma notícia a eles.

O DR. CABRAL — Repetiria, nobre Deputado, este levantamento deveria ter sido feito pelo Governo Ney Braga que ficou quatro anos no Poder. Não foi feito, omitiu-se.

Todavia, estamos procedendo a este levantamento e seria leviano afirmar aqui em números exatos, quantas famílias lá

existem. No entanto, pelos levantamentos que estamos procedendo, calculamos que existam lá aproximadamente 500 famílias no Parque Marumbi. Este levantamento será feito de forma perfeita.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Verificamos que realmente é um, dado significativo. 500 famílias é uma população.

Mas gostaria, para finalizar a minha parte, de dizer que também nós desta Comissão do Meio Ambiente aqui desta Assembléia, pretendemos não somente uma solução para o Parque Marumbi, mas uma solução definitiva; porque, a partir do vencimento dos prazos, das leis, que criam, que dão utilidade pública, as coisas vão começando a ficar mais difíceis.

Vamos ter que fazer novamente as leis ou então vamos ter que mudar a programação. Mas em paralelo, acho que o problema ecológico não é somente o problema do meio ambiente aqui na região metropolitana. Deveríamos, os órgãos do Governo — e digo isto acusando também, porque muitas vezes disse ao Governo anterior que a legislação tem que ser aplicada no Estado inteiro. Não adianta termos chuva e equilibrarmos a erosão da Serra do Mar. Este não é o equilíbrio ecológico em nosso Estado e nem haverá de ser a Serra do Mar, que vai colaborar ou definir o equilíbrio ecológico do Paraná, muito menos do Brasil.

Acho que deveríamos propor — e até aqui é um órgão gratuito, parabeno todos aqueles, esta verdadeira multidão que está aqui, que acredito que seja a maioria, amantes da defesa da ecologia, que estudem junto com o povo, idéias mais urgentes para a execução imediata, mesmo da Legislação Florestal, que se preserveuse replante, se refloreste aquelas taxas exigidas por lei. Quantos proprietários não têm feito isto. Vemos principalmente na região norte do Paraná, o completo abandono do respeito à Lei Florestal. Se invés de 20, tivéssemos 10 ou mesmo 5 por cento de reflorestamento com essências nativas, seria uma programação que o ITC aliás já estava iniciando, mas que levasse isto a sério para o equilíbrio, para o cerco, pelo menos dentro do Estado do Paraná, já que somos autoridades dentro deste Estado. Alguma coisa pequena, mas objetiva e que seja iniciado já. Porque as coisas de dimensões maiores, muitas vezes se tornam impraticáveis a curto prazo e fogem do nosso alcance, dentro de nossa faixa de existência.

Então vamos propor alguma coisa. Vamos levar idéias. Esta é a terceira reunião de nossa Comissão de Ecologia, à qual pertencço, e eu farei uma proposição ao ITC. Mas peço neste momento, que é um momento singular para nós, da reunião das autoridades do movimento ecológico do Paraná, que também chegue a uma síntese, uma coisa pequena, objetiva, uma coisa que o mês que vem possamos medir.

Além de político que já vou para o quarto mandato, ainda sou técnico que gosta das coisas que podem ser avaliadas a curto prazo. Então peço ao Presidente, aos Srs. Membros das entidades, dos órgãos governamentais aqui presentes, que pesem alguma coisa, cada um de per si, do que sabem, do que têm de dados, de experiência e de levantamentos. Que proponham alguma coisa a nós ou ao Governo de objetivo e de exequível a curto prazo.

O DR. CABRAL — Só queria fazer uma colocação, Deputado, para não perder a oportunidade, no seguinte sentido. A gente contaria muito neste Governo com o Poder Legislativo, e em especial, diria ao senhor, que é um Deputado do PDS, que é o partido que respalda o Governo Federal, que os senhores poderiam, a nível de nosso partido e na defesa do meio ambiente, fazer uma proposição firme junto às autoridades federais no sentido de que realmente liberem recursos para que o Estado do Paraná possa preservar o meio ambiente. Porque é competência do IBDF. Os recursos temos para fiscalização, o IBDF que tem que nos repassar por convênio. E o que está previsto

para passar este ano é uma quantia irrisória e ridícula de 12 milhões de cruzeiros. Estamos lutando para cortar este círculo vicioso de verbas pequenas, enquanto daqui do Paraná saem grandes recursos para o Governo Federal.

Então, neste sentido, vejo a importância do vosso Partido de falar alto e firme junto às autoridades federais, no sentido de que isso seja reparado. Aliás, desconheço, nos últimos anos, qualquer manifestação, e se eu estiver equivocado, gostaria de verificar do próprio Legislativo, em defesa do Parque Marumbi e da Serra do Mar, e do meio ambiente.

Se houver alguma colaboração neste sentido e que eu desconheça, gostaria de receber uma cópia, oportunamente.

A SRA. MARIA LUIZA MERKLE — Eu posso usar da palavra?

Desde o início sou secretária da ADEA e a ADEA desde o início tem batalhado pela Serra do Mar e pelos motivos que o Professor Bigarella já expôs com bastante minúcias.

Mas acho que qualquer cidadão de bom senso, perguntará porque esse erro primordial no nosso País, de vender terras por preço em geral muito baixo e que depois serve para especulação, porque agora, essas importâncias em milhões, que estão sendo exigidas que o Governo vendeu isso barato e ainda agora que essa terra de volta, já poluída, ou desmatada ou tirado todo o valor que tinha.

Então aqui eu falo apenas como cidadão que pergunta: por que vender terras sem previsão e depois querer recebê-las mediante um preço tão exorbitante? É só.

O SR. BIGARELLA — Um instante para a resposta da Sra.

Maria Luiza Merkle. Eu quero falar aqui a propósito do que de concreto saiu da última reunião da ADEA convocada especialmente para o problema do Parque Marumbi e com a participação de muitas pessoas, juristas e outros técnicos e estamos trazendo aqui, e encaminhei ao DD. Presidente da Mesa a proposta da ADEA que nos foi assim muito bem assessorada na sua redação, pelo Dr. Francisco Muniz:

#### "SUGESTÃO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário PROMULGA a seguinte Emenda à Constituição do Estado:

Artigo único. Para assegurar o direito de todos a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo e apoio a iniciativas populares:

I — prevenir e controlar a poluição e seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;

II — criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio;

III — promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, assegurando a sua capacidade de renovação e estabilidade ecológica, com o fim de proteger e melhorar a qualidade de vida;

IV — promover o estudo das ciências naturais.

#### JUSTIFICAÇÃO:

A política de defesa do ambiente de qualquer Estado, cujos poderes públicos trabalham pelo progresso da sociedade que servem, não se compadece com a grave omissão do ordenamento constitucional sobre a tutela do ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população.

Nos limites da competência do Estado cumpre formular princípios sob a forma de imposição de deveres aos órgãos estaduais, no sentido de obrigá-las a desenvolver medidas de defesa do meio ambiente, evitando sua degradação.

O objetivo é antes e apenas de dotar o Estado de eficiente ação política que proporcione adequada proteção ao ambiente.

Assim a presente Proposta transforma-se em oportunidade oferecida à Assembléia Legislativa de sanar uma grave lacuna no ordenamento constitucional, daí porque é de esperar a sua aprovação.

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

— Todos têm o direito de desfrutar de um ambiente adequado para o desenvolvimento da pessoa, bem como o dever de o defender para as gerações presentes e futuras.

Na realização da política de defesa do ambiente incumbe ao Estado:

I — Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;

II — Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio;

III — Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e estabilidade ecológica.

— É conferido a todos os direito de promover, nos termos da lei, a prevenção ou a cessação dos fatores de degradação do ambiente, bem como em caso de lesão direta, o direito à correspondente indenização.

### JUSTIFICATIVA:

Por considerar a tutela do ambiente condição necessária e indispensável à melhoria da qualidade de vida da população, não podemos deixar de dizer quanto choca ver que a Constituição Federal não consagra norma de defesa do ambiente, numa época em que existe na generalidade a consciência de que o homem tem o direito fundamental de desfrutar de um meio ambiente adequado, bem como o dever de o defender para as gerações presentes e futuras, como, de resto, está expresso na "Declaração sobre o Ambiente Humano" da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Torna-se portanto, necessário eliminar essa grave lacuna que mal se compreende.

Das considerações precedentes resulta, com clareza, que a tutela do ambiente se faz através do reconhecimento ao cidadão de um direito ao ambiente, bem como pela imposição do dever de o defender.

Nessa linha se encontram as modernas constituições de Portugal e da Espanha (art. 66 da Constituição da República Portuguesa e Art. 45 da Constituição Espanhola), que dispõem: todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e têm o dever de o defender.

O reconhecimento do direito ao ambiente se realiza, portanto, não apenas sob a forma de uma imposição de deveres aos órgãos estatais — no sentido de vinculá-los a desenvolver medidas de proteção ao meio ambiente, evitando sua degradação — mas se vai além deste âmbito para conferir ao cidadão o direito de promover a prevenção ou a cessação de fatores de degradação do ambiente, bem como, em caso de lesão direta, o direito à correspondente indenização (art. 66/3 da Constituição da República Portuguesa).

Trata-se pois, de um direito de ação judicial do cidadão para a cessação de fatores de degradação do ambiente e de indenização dos prejuízos causados.

Além disso, impõe-se ao cidadão o dever de defesa ao ambiente, com o que se completa a tutela constitucional.

Nessa perspectiva é esse o regime jurídico que propomos que a Constituição Federal adote".

Eu creio que com essas emendas nós podemos abrir. Agora, é só a Câmara Federal, a Assembléia estadual e o Senado, a todos, dentro deste princípio de necessidade, de conservação do meio ambiente, tomar iniciativas para que isso se concretize.

Muito obrigado.

O SR. CÉLIO C. DA SILVA — Gostaríamos, na condição de engenheiro agrônomo que atuamos desde 1974, no interior do Paraná, dar total apoio às últimas considerações do Dr. João Cabral, exatamente porque se vemos na preocupação do Deputado Quielse Crisóstomo a intenção de se fazer com que esta Assembléia volte seus olhos para outros assuntos que não o Parque Marumbi nesta manhã, temos a certeza de que a degradação ambiental que hoje está vista no Paraná, aos quatro cantos, teve como co-responsável o nosso ilustre Deputado, haja visto que ele foi Chefe de Polícia Sanitária durante dez anos e hoje está no seu quarto mandato.

Portanto, autoridade, portanto, pessoas das mais responsáveis, por isso que aí está. E pediríamos ao Deputado Quielse Crisóstomo que levantasse a bandeira da nossa realidade hoje, porque ainda está em tempo. Exatamente fazer este trabalho junto aos Deputados da bancada do PDS, olhando, não somente o trabalho paliativo que tem sido feito, mas sobretudo os agentes casuais.

Queremos referenciar neste momento também os pronunciamentos que foram feitos nesta Casa, pelo Deputado Luiz Alberto de Oliveira, reivindicando que o nosso Porto de Paranaguá fosse colocado como Porto prioridade dentro da Resolução 132/82, da CONCEX — Conselho Nacional de Comércio Exterior, e também do Deputado Nelson Buffara, que tem mantido acesa a chama desta bandeira, procurando esta priorização do Porto de Paranaguá. Mas, lembrarmos também que há uma necessidade imperiosa de implantação do Parque Marumbi, mesmo que haja o problema social destas 500 famílias que não são seguramente as principais degradadoras do nosso ambiente, da Serra do Mar, está exatamente nos grandes grupos que fazem desmatamentos enormes dentro da Serra, causando problemas de grande monta.

Vemos também o problema das nossas estradas. Está aí o jornal de domingo, o problema da Estrada da Graciosa, que para 17 metros de seu leito está exigindo uma verba de 14 milhões para fazer uma espécie de curativo paliativo, sem se lembrar que a velocidade das águas que precipitando no Pico Marumbi ou no Pico Paraná, ou nas clareiras deixadas pelos desmatamentos enormes que existem nas serras, descem qual catadupas, levando as nossas estradas, que são o sustentáculo do Porto de Paranaguá, em termos de escoamento da produção paranaense, produção de 500 mil km<sup>2</sup>, como muito bem frisou o Deputado Nelson Buffara, no seu último pronunciamento, a respeito do Porto de Paranaguá.

Vemos também como se não bastassem esses fatos, a bacia do Rio Iguaçu, que traz para nossa Curitiba a viabilização do abastecimento de água, uma vez que é exatamente através desta riqueza que representa a bacia do Rio Iguaçu, através dos rios que abastecem Curitiba, ou seja do Rio Piraquara, o Rio Ivaí, o Caiguava e o Rio Pequeno, rios esses que nascem na encosta da serra e dependem da sua manutenção, também a manutenção do Parque Marumbi.

Vemos que já não mais é hora de decantarmos nesta tribuna, simplesmente os efeitos das causas. Precisamos, realmente, tomar medidas para que os homens de hoje — que já estão dependentes, porque dependemos da ecologia paranaense, e a economia brasileira também, uma vez que a colaboração do Porto de Paranaguá é nada menos do que em torno de 13 por cento do escoamento das riquezas brasileiras.

Vemos que há necessidade de uma tomada de consciência, de toda bancada, não só do PDS, do PMDB e de outros partidos, para que, unidos, possamos dar apoio a esta proposição de emenda constitucional proposta pela ADEA nesta Assembléia, na manhã de hoje.

Vemos que há necessidade de união do povo paranaense, porque a degradação ambiental não é mais um fator de poesia. É um fator de catástrofe para todo o Estado. Vemos que há necessidade de uma tomada de decisão, e não mais de consciên-

cia, porque não só terão consciência aqueles que não tiverem olhos de ver, porque o nosso Estado está todo degradado, como muito bem frisou o Professor João Bigarella.

É pois momento de unirmos forças e não pensarmos simplesmente em interesses meramente políticos ou partidários. Precisamos pensar na sobrevivência, na subsistência das economias básicas do nosso Estado.

Era essa a colocação que queríamos fazer, pedindo uma união global dos legisladores do Paraná, no sentido de levar o seu apoio através de manifestos aos Deputados Federais, para que haja uma ressonância a toda prova destas propostas que temos a oportunidade de ver surgir, na manhã de hoje.

Muito obrigado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, só para responder, eu gostaria de saber com quem estamos falando.

O SR. PRESIDENTE — É o Dr. Engenheiro Agrônomo Célio C. da Silva, da SUREHMA.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pois não.

Muito bem, acho que o nosso companheiro é um protótipo das atividades desenvolvidas em defesa de todos, dando nada de si. Acusações estão cheias por aqui. Fazer acusações às autoridades nunca deu solução a problema nenhum. E quero saber o que fez o nobre companheiro que veio aqui hoje, porque eu vou dizer agora o que fiz.

Eu sou engenheiro civil, meu caro companheiro, e dediquei minha vida em defesa do bem-estar da comunidade, trabalhando 14 anos em saneamento como engenheiro civil, junto com médicos, com agrônomos da Secretaria da Agricultura, e vou lhe dizer, aqui de improviso, rapidamente, o que eu pude tirar aqui desses minutos, para que Vossa Senhoria pelo menos se oriente e saiba com quem está falando, porque é um dos erros de Vossa Senhoria não saber com quem está falando e querendo fazer acusações. Se Vossa Senhoria ignora o meu trabalho, me respeite dentro de minha Casa de Leis.

Não admito que Vossa Senhoria venha demonstrar a sua ignorância no meu trabalho, me acusando.

Então, em respeito às autoridades da mesa, vou lhe dizer o que fiz nos últimos dez anos, sucintamente, que eu desenvolvi em defesa da comunidade do Estado, como engenheiro civil, não como agrônomo, trabalhando com as Secretarias de Governo do Estado, desses dois governos, de Paulo Pimentel e Ney Braga.

Criei, meu caro agrônomo, criei e escrevi toda a matéria do curso de inspetor de saneamento do Estado do Paraná. Criei e ministrei duas mil horas de aula, o Curso, dentro do Estado, de Auxiliar de Saneamento, e entre inspetores e auxiliares de saneamento, dei formação para 650 homens. 650.

Sou professor da Escola de Saúde Pública e lá eu sozinho dei cursos com oito horas de aula, durante uma pequena existência.

Trabalhei e organizei o serviço de saneamento rural do INDA, não sei se Vossa Senhoria como agrônomo ainda se lembra, do INDA e do INCRA, depois que geraram o IBRA; fui escolhido pelo Governo do Paraná para ser Chefe do Centro de Treinamento, que foi premiado com o Governo Castelo Branco, em 64, como o melhor trabalho feito no Paraná, de Centro de Treinamentos, da Semana da Terra, onde tive trabalho que foi matéria de publicação, na Semana da Terra, como Chefe de Treinamento da implantação da Semana da Terra.

E veja bem, não sou agrônomo, sou engenheiro civil, e não sou médico e trabalhei 14 anos em saúde pública; publiquei elementos de saneamento que até hoje é matéria utilizada na Escola de Saúde Pública, nos cursos de Aperfeiçoamento

mento de Médico, de Engenheiro, de Dentista, de Auxiliar de Enfermagem e de Enfermeiro, da Escola de Saúde Pública.

Defendi tese, no Congresso Brasileiro, de Engenharia Sanitária, em 1964. Foi escolhido Secretário de uma das Comissões Técnicas, e fui quem coordenou todo o trabalho dos engenheiros do Paraná, no Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária do Paraná; promovi a Semana da Educação Sanitária no ano de 1966, em Apucarana, que trouxe autoridades nacionais de Educação Sanitária e centralizou todo o Governo da época em Apucarana, em iniciativa minha, como Professor da Escola de Saúde Pública. Fiz Análise Protótipo de Experiência Urbana de Saneamento em Londrina, quando o Secretário de Saúde era Dalton Paranaíba, e que recebeu na época um rechaço político dos políticos de Londrina, e que no final foi recebido na Câmara Municipal pelo serviço prestado, com um Voto de Louvor, quando Secretário. Foi Prefeito depois, do PMDB.

Promovi aqui na Assembléia a Atualização do Código Sanitário, que era matéria e é matéria escrita em 1938, e que atualizamos para a aplicação dentro das normas atuais, das exigências atuais da Secretaria de Saúde.

Fiz conferência, e fui convidado pelo Ministro da Agricultura, Ivo Arzua, a fazer uma conferência em Brasília, no Congresso Brasileiro de Agronomia, e foi inserido na Carta de Brasília o meu pronunciamento, de agronomia, não de engenharia civil e nem de engenharia sanitária. De agronomia.

Em síntese, para não fazer a minha autopromoção, que não é este o motivo principal desta sessão, quero dizer que se Vossa Senhoria pertence a algum órgão, se Vossa Senhoria não pertence e é, a exemplo dos membros da ADEA um apaixonado pela defesa do meio ambiente, faça de sua vida uma dedicação e traga de si uma contribuição. Para críticas, temos muita gente, por sinal muita gente que atrapalha. Traga sua contribuição e traga agora. Por isso eu estou aqui.

Eu sou membro de uma Comissão Técnica porque eu o quis, e estou aqui trabalhando, não estou aqui brincando e nem venho aqui para ouvir agressões, porque eu também sei agredir. Se Vossa Senhoria duvidar disso, vai ter a certeza daqui há pouco.

Mas eu não vim aqui para isto, vim aqui para trabalhar em defesa deste povo que espera de nós, políticos, algum trabalho, mas dos técnicos também.

E eu dediquei a minha vida, antes de vir para cá, eu fui um técnico singular no meu Paraná, fui o único engenheiro civil a escrever trabalho de engenharia de saúde pública no Brasil, aqui no Paraná; fui convidado pelo Congresso Brasileiro, da sua tecnologia, a fazer conferência em Brasília e compareci.

Portanto, Vossa Senhoria não tem o direito de vir aqui com o dedo apontado para nós outros, a dizer que não me conhece, e o que eu fiz quando fui engenheiro do Estado na Secretaria de Saúde, Engenheiro Civil, o único Engenheiro Civil da Secretaria de Saúde, hoje tem já 18 ou 20 engenheiros que caminham e que trabalham em cima do meu, eu escrevi, sozinho.

Escrevi o roteiro e o currículo de dois cursos que o Estado tem até hoje, com mais de mil homens formados, e eu sou o Professor Catedrático desta Cadeira, de Urbanismo e Saneamento e Traçados da Cidade, da Escola de Saúde Pública, e sou engenheiro do Estado, da Secretaria da Saúde, e Engenheiro Civil, quando muita gente pensava que Saúde Pública era matéria de Medicina, eu provei aos médicos do Paraná que me lançaram na política, com 300 assinaturas, como representante da Secretaria de Saúde, e eu sou engenheiro, fui para a política, meu caro agrônomo, lançado pelos médicos da Secretaria de Saúde, como um técnico, e não como político, e vim aqui para trabalhar.

Já fui Secretário, e não falei aqui, fui Secretário desta Casa por quatro anos e o sou até hoje, do meu Partido, por

mais de oito anos. Então, não sou um Deputado que Vossa Senhoria tenha o direito de dizer que desconhece o meu trabalho.

Desculpe-me, Sr. Presidente, desculpem-me Srs. membros da Mesa, se porventura exorbitei na tentativa de dizer que devemos parar com acusações, e darmos, isto sim, um pouco de nós para o bem comum.

O SR. PRESIDENTE — (interrompendo o agrônomo que solicitava a palavra) Só um minutinho, por favor.

Pela Ordem concedo a palavra ao Sr. Roberto Lange, que já havia solicitado antecipadamente, até porque a continuidade desse debate é impropícia para o objetivo desta reunião.

O SR. LANGE — Obrigado, Deputado.

Deputados, Autoridades, Cidadãos preocupados com o problema do meio ambiente.

Desejo dizer que sou, antes de mais nada, cidadão brasileiro, paranaense e biólogo há dez anos trabalhando com questões do Meio Ambiente.

O problema da Serra do Mar, o fato de que os conservacionistas se manifestam principalmente em relação à Serra do Mar, é que, a luta pelo Parque Marumbi é o símbolo da luta pelo meio ambiente paranaense.

O Paraná está com gravíssimos problemas em todo o seu território, mas por certo, de todas as regiões do Estado, a Serra do Mar é uma das mais frágeis. Falou-se há pouco, no problema da Estrada da Graciosa, numa região mesmo não desmatada, ocorreram desabamentos; a vegetação natural da Serra do Mar nem sequer é suficiente para proteger as encostas íngremes da serra contra o desmoronamento, contra os deslizamentos. A Serra do Mar é um símbolo da luta pelo meio ambiente no Paraná, porque mais do que em qualquer outro lugar, os custos da depredação da serra são custos sociais, são custos que caem sobre todos os cidadãos, são custos que incidem diretamente sobre o contribuinte, é o contribuinte, é o cidadão que paga as estradas que estão desabando porque houve remoção da vegetação, é o contribuinte, é o cidadão que pagou o Porto de Paranaguá, é o contribuinte, é o cidadão que vai ser lesado pelo assoreamento da baía de Paranaguá, é o interesse coletivo que se antepõe ao interesse individual.

O que faz o Movimento Conservacionista diante disto? O Movimento é, antes de mais nada, um Movimento Constitucionalista. A Constituição de 34 contou com a grande colaboração dos conservacionistas da época, as restrições estabelecidas à propriedade, na Constituição de 34, na Constituição de 46 e que foram abandonadas pelos dispositivos constitucionais em vigor, nasceram do Movimento Conservacionista.

E mais uma vez acho que este é um dia histórico porque eu acredito que o País está em tempo de Constituinte, o próprio Presidente Figueiredo aderiu a essa tese na cidade de Presidente Valadares. Há quem diga que obedeceu aquela velha sigla "quem não aderir, será atropelado". Mas aqui então, lança-se uma grande bandeira que eu acredito que vá ter repercussão nacional, mudanças na Constituição.

A nossa Constituição não fala em relação a Meio Ambiente. Estamos aqui, o Movimento Conservacionista está mais lutando por direitos pessoais, para que as Leis, as normas escritas reconheçam ao cidadão o direito sobre o Meio Ambiente que atualmente não reconhecem, e que se estabeleça restrições à propriedade, porque, quem é dono de áreas íngremes, de áreas onde tecnicamente é inconveniente o uso, não é dono de nada, não cabe a ele indenização. Precisamos voltar ao espírito da Constituição de 46, voltar a sujeitar a propriedade particular à sua função social.

A situação do Parque Marumbi ela é igualmente grave, porque representa um conjunto de problemas que esse Paraná já enfrentou, o problema da especulação de terras que

caracterizou e tornou o Paraná tristemente famoso em todo o Brasil. A Serra do Mar é uma região marginal, é o último lugar onde ainda se fazem "chunchos" de terra. A Serra do Mar representa, através de ações desapropriatórias, o ônus que o cidadão vê diante de si pela dívida interna. Porque o nosso inimigo não é só dívida externa, a interna é igualmente grave.

Quanto ao nosso orçamento não está comprometido com indenizações decorrentes de má administração de governos anteriores? Em cima da Serra do Mar incide uma exorbitância financeira de desapropriação desse tipo. O que se trata de séria discriminação social, não só em relação aos pequenos proprietários que não têm condições de agir contra o Estado, só as grandes famílias, as grandes empresas, as velhas oligarquias que continuam mamando nos cofres públicos mediante subterfúgios de desapropriações indiretas, indenizações por parte do Estado e tudo mais.

É tudo isso que representa o Parque Marumbi ao cidadão. Por isso é que as associações conservacionistas lutam pelo parque. Ele representa o grande conjunto de problemas que o cidadão enfrenta diante do meio ambiente e no seu posicionamento junto ao Estado.

O SR. WALMIR ESPER — (Diretor da Associação dos Biólogos do Paraná) A nossa presença hoje, se prende não apenas à questão específica do Parque Marumbi, mas é também em relação a tudo que a gente tem visto em relação à questão ambiental no Estado do Paraná e devemos aqui louvar essa iniciativa de que, pela primeira vez, eu me coloco nesta Casa para discutir questões pertinentes à nossa profissão, em especial.

Devo dizer que a questão ambiental no Estado do Paraná está relacionada também com uma questão fundamental dos profissionais ligados ao estudo da fauna, flora e geologia neste Estado. Temos visto nesses últimos 20 anos, mais especificamente, ou com muito mais velocidade, que o desmatamento, a mudança brusca do ambiente paranaense, a erosão, a poluição e todas as outras questões, acompanham de uma maneira, vamos dizer assim, correlacionada indiretamente com a falta e diminuição das pesquisas científicas nesta área. Haja visto que os institutos de pesquisa no Estado do Paraná, sofreram uma desaceleração, sofreram uma mudança estrutural e até o desaparecimento de Institutos de Pesquisa, que acompanharam todo esse processo, dentro desse modelo de desmatamento em nome do capital, mas vimos que as coisas aconteceram, e em nome de um grupo de minoria, em detrimento da grande massa da população.

A questão da Serra do Mar como outras questões, incluindo Itaipu, me parece estão ligadas a um desinteresse pela população e sempre pensando no interesse de pequenos grupos que usufruem. Eu quero dizer que esses institutos de pesquisa que no Estado do Paraná, praticamente desapareceram. Caso do IDPN que vinha de um antigo museu paranaense com o nome de Instituto de História Natural, com o seu desaparecimento, perdemos um órgão fundamental para orientar inclusive todo trabalho de aproveitamento de recursos naturais. E esse aproveitamento se deu então de uma forma desordenada e espoliativa.

Da mesma forma o desaparecimento do Instituto de Biologia e Pesquisa Tecnológica, transformada em TECPAR, e outros órgãos que foram perdendo atribuições ao longo desses anos, isso nos parece claramente um crime tão grande quanto a própria mudança na questão ambiental do Estado. Não é sem razão que aconteceram essas questões.

A outra questão que me preocupa, Serra do Mar, é uma questão que realmente está preocupando os biólogos do Estado do Paraná, mas não é uma única questão. Temos que ver que o Paraná todo está precisando voltar um pouco às suas condições naturais. Isso é um trabalho muito difícil, que envolve uma

ação conjunta de toda a população e em especial dos profissionais que têm essa responsabilidade. Estamos esperando que esse espaço de participação de profissionais ocorra de uma forma mais rápida possível. E para isso, os institutos de pesquisa e toda comunidade devem ter uma participação muito grande.

Com relação à Serra do Mar, já foi falado aqui da importância da preservação da mata, que não é só a questão do Parque, eu acho que temos que pensar em toda a Serra do Mar porque é fundamental, já foi colocado para a preservação de estradas, para a questão do porto, da continuidade de existência do porto, para abastecimento de água na cidade, mas tem uma questão social que me preocupa em especial, que é a questão dos pescadores, humildes, da pesca artesanal da região de Paranaguá e do litoral todo.

Esse pessoal todo depende para seu sustento, da produção continuada do peixe, do pescado de um modo geral, e isso pode, num dado momento, já se vê modificação nesse sentido, ter a sua atividade cerceada por uma ausência desse produto. Isso em função da própria modificação da Serra do Mar que modifica em muito o estuário da baía de Paranaguá, todos os estuários, pode-se dizer assim, da região que tem a Serra do Mar como uma espécie de barreira protetora. Essa drenagem que é feita lentamente para o interior dessas bacias, proporciona uma riqueza que ninguém avalia ainda hoje, porque essa região é considerada dentro de várias áreas no globo terrestre, como áreas de grande potencial biológico e de importância, não só para o extrativismo atual, mas de importância para o cultivo de formas de interesse para o homem.

Então, me preocupa realmente essas populações de pescadores e de pessoas que vivem da pesca, que tenham esse potencial todo colocado em risco por questões que a gente pode até argumentar que são questões sociais que devem ser pensadas; da população que mora na Serra do Mar, que utiliza ou tem propriedade nessa região.

Eu acho que as coisas não são incompatíveis, o que temos que ter é condições de enfrentar, vontade de enfrentar esses problemas. Existe também uma tendência dos paranaenses quererem reivindicar benefícios do Governo Federal, quando se fala da espoliação ambiental que o próprio Governo Federal tem causado direta ou indiretamente, de algumas formas como Itaipu e outras. Nesse momento então a pergunta que eu poderia colocar aqui, se não é o momento de se cobrar do Governo Federal a participação na própria desapropriação e na solução da questão do Parque do Marumbi e toda a Serra do Mar, eu diria até, como uma forma de retorno desta espoliação ou tentativa de ressarcir parte do que foi retirado do Estado do Paraná.

A questão é se o Governo Federal não tem também uma parcela de participação, sabendo que a política ambiental deve muito ao Governo Federal, no sentido de que as legislações são realmente deficitárias e que todas as ações do Governo não são compatíveis com o que o povo tem pedido, tem reivindicado.

Neste sentido, a Associação dos Biólogos se coloca, a partir de muitos anos, mas neste momento com muito mais força, na luta da preservação ambiental, seja da Serra do Mar como um todo, seja de toda a região que precisa da ação de profissionais no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Para agilizarmos, devido ao adiantado da hora, também abreviarmos o término desta reunião muito produtiva, que está sendo taquigrafada e posteriormente serão analisadas as colocações de vocês todos, de todos os companheiros que aqui se pronunciaram, pela nossa Comissão, para podermos depois providenciarmos as medidas legais pertinentes.

Antes disso, gostaria que os membros das Associações aqui presentes, se identificassem, para que em contatos pos-

teriores, pudéssemos ter mais facilidade de acesso e de contato. As pessoas que pertencem a alguma associação, excluindo a ADEA, gostaria que se identificassem. Já temos o Valmir Sfair, depois passarei a palavra à Professora Suzy D'Ávila e posteriormente ao Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, apenas uma sugestão neste sentido.

Que as entidades aqui presentes, pelos seus representantes que fizessem a entrega à secretária da Comissão que está na Mesa, o nome da entidade e, evidentemente, o endereço, para que possamos em oportunidades futuras ter mais facilidades no contato e no relacionamento.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa acata a sugestão do Deputado Adhail Sprenger Passos e solicita aos representantes ou membros de entidades ou associações e posteriormente conversem com a Dra. Myrthes, nossa secretária, e dêem o nome e endereço e o meio mais fácil de contarmos, posteriormente.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem.

Dentro deste assunto, que se alguma entidade ou alguém tenha uma proposta escrita, que não haja tempo em função do adiantado da hora, que também dê entrada através da secretária da Comissão, para que a gente possa examinar depois.

O SR. PRESIDENTE — Então fica aceita também a proposta do Deputado Quielse Crisóstomo. Se alguma entidade tiver uma proposta escrita e devido o pouco tempo não possa apresentar hoje, entregue também à nossa Secretária, para que a Comissão posteriormente estude e entre depois em contato, para providências cabíveis.

Com a palavra a Professora Suzy D'Ávila, do Grupo Escoiteiro Messiânico.

A SRA. SUZY D'ÁVILA — Vim aqui no interesse em saber com o que todos estão preocupados, porque também, como ecologista, estou preocupada, como todos aqui, como o problema de desmatamento do Parque Marumbi, como de toda a parte que o escotista for procurar, tem que procurar muito uma parte verde.

No meu entender, está se lidando muito com o lado político e pouco ecológico. Está se discutindo muito o lado político, e o ecológico está sendo um pouquinho deixado de lado. E não sei se a presença de mais escotistas aqui não seria bom, mas fomos avisados um pouco em cima da hora, então não deu tempo de nos reunirmos em grupos e conversar, e verem vários chefes aqui.

Lógico, temos um grande representante nosso aqui. Sabemos que ele está representando mais do que todos. Mas não sei, acho que é hora de todo o mundo se unir, tanto os escotistas, que temos muitos escotistas jovens, escoteiros, seniores e lobinhos. Os próprios lobinhos estão garantindo muito. Pelo menos a gente está tentando induzir neles, a garantir a ecologia e proteger tudo.

Gostaria de saber se no problema do Parque Marumbi não haveria condições de fazer uma troca de terras. Trocar a terra deles por uma terra no interior do Paraná. Sabemos que tem muitas terras com donos que não a usufruem, não a aproveitam, e simplesmente a compraram.

O DR. CABRAL — A dificuldade é que estas outras terras, teríamos que pagar também.

A SRA. SUZY D'ÁVILA — Sei. Agora, só uma coisa. Vai levar a um lado totalmente... quer dizer, não totalmente, mas como por exemplo dos índios em Itaipu, perguntaram se eles queriam ou não, eles disseram que não queiram trocar de

terras. O que fizeram? Trocaram e não adiantou muito o que eles disseram.

Gostaria de saber porque inclusive os índios estão vivendo e tiveram que viver e estão usufruindo da terra que foi dada. Ninguém morreu. Então, se não haveria condições de trocar. Lógico que as pessoas estão acostumadas a viver num tipo de terra, com outro clima. Levados para o interior teriam outro clima. Mas com o apoio de agrônomos, um apoio para ensinar a viver nesta terra, será que não economizaria mais do que tentar pagar, dar o dinheiro e a pessoa não saberia como usá-lo, sumiria logo e teríamos os indigentes na Capital. E são famílias grandes.

O DR. CABRAL — A proposta, em tese, é correta. Estamos também analisando estas possibilidades. No entanto, na prática existem também muitas dificuldades. Estamos analisando a coisa também sob este aspecto.

A SRA. SUZY D'ÁVILA — Sim, mas o Governo Federal entrou com os índios. Eles conseguiram porque o Governo Federal estava junto. Acho que é uma coisa que precisa ser feita. Até o final do ano temos que ter o resultado.

Então, seria quase uma obrigação do Governo Federal de entrar. Porque não sou só eu. Não são só 500 famílias que estão em dificuldades, e como estão em dificuldades teremos que fazer uma coisa que resolva, também estamos com dificuldades.

O nosso grupo tem 300 pessoas, mais ou menos. O grupo de escoteiros do Omar tem mais 500, assim vai. Unindo esta juventude, vão ter mais de três mil pessoas. E teria que ser uma coisa rápida, em seis meses teria que ser resolvido. Só com a força do Governo Federal que poderia, não é?

O DR. CABRAL — Nós estamos discutindo com o Governo Federal eventuais soluções nesta linha que você coloca. Não temos nada de concreto por parte do Governo Federal.

A SRA. SUZY D'ÁVILA — Obrigada.

O SR. PRESIDENTE — Gostaria, antes de passar a palavra ao Deputado Adhail Sprenger Passos, informar a todos que a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente reúne-se periodicamente todas as terças-feiras, após a sessão plenária, com portas abertas ao público, e todos podem participar de nossas reuniões.

Com a palavra o Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, meus companheiros que aqui acolheram ao chamamento desta Assembléia, desta Comissão Técnica, para discutir especificamente o problema da Serra do Mar, do Parque Marumbi.

Devo dizer, Sr. Presidente. Senhores e Senhoras, que quando propusemos a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que esta comissão técnica se colocasse à frente no estudo de determinados problemas atinentes à sua função, e que depois dos debates entre os Deputados componentes da Comissão, debates estes que foram para definir o que e como fazer.

Ficou decidido abrir as portas da Comissão Técnica a quem quer que seja, para trazer problemas ligados ao meio ambiente e à ecologia. E o Presidente já comunicou o horário das nossas reuniões ordinárias.

Por outro lado, quisemos também estabelecer uma ação à procura da discussão e solução de assuntos. E entre esses assuntos, o primeiro que nos pareceu mais urgente foi o problema do Parque Marumbi. Daí a razão desta reunião extraordinária, com a presença de tão ilustres companheiros. E dela, estamos

tirando subsídios extraordinários, que serão debatidos na próxima reunião.

Aqui vimos uma proposta, por exemplo, de uma reforma, de um projeto de reforma constitucional. Nós Deputados, preocupados com este problema, vamos pensar como dar sequência a esta proposta, e vamos colocar este Poder Legislativo a serviço dessa e das outras mais. Como aquela que diz respeito aos recursos financeiros a serem alocados para as desapropriações ainda neste exercício. Vamos colocar este Poder para pressionar o Governo do Estado no sentido de alocar os recursos necessários. Vamos discutir também e estabelecer um processo de ação, para colocar este Poder Legislativo, no sentido de pressionar o Governo Federal, para colaborar com o Governo do Estado, nas desapropriações.

Por que o Governo Federal agiliza tanto a desapropriação de terra dos índios e não agiliza tanto a desapropriação de terra necessária à defesa do meio ambiente? Vamos ver de que forma isso pode ser feito.

Eu tinha uma pergunta para fazer ao Dr. Mauro Maranhã, mas não vou fazer agora, teremos oportunidade.

O que podemos fazer para agilizar a Justiça, para dirimir estas dúvidas todas com relação aos 10 mil hectares de terra que têm ações contra o Estado e os 13 mil hectares que estão "sub judice", com confrontações entre proprietários diversos; o que podemos fazer, nós, como Poder Legislativo? Queremos colocar este Poder para pressionar a solução do problema. Queremos também analisar, na reunião de hoje, a proposta do Deputado Quielise Crisóstomo, para verificar o que podemos fazer para minorar o sofrimento dos que hoje estão lá, morando na área a ser desapropriada para o Parque Marumbi.

Há muito o que pensar, há muito o que fazer. É isto que os sete Deputados da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente pretendem; é agilizar este Poder, para este Poder estar assim a serviço da sociedade para encontrar solução dos problemas que afligem esta mesma sociedade.

Eu teria ainda algumas outras observações, repasse de recursos do Governo Federal, para esta finalidade de implantar de uma vez por todas o Parque Marumbi.

Devemos agilizar os Deputados, inclusive da Situação e do PMDB, a nível federal, para que pressionem o Governo Federal no sentido de alocar recursos para esse fim.

Queremos, para concluir, Sr. Presidente, dizer que lamentamos não ter aqui a presença do IBDF. Lamentamos porque estamos também preocupados com o papel que o IBDF deve prestar para a solução deste problema. E não podemos aqui discutir nada com relação a isso. Vamos à Comissão reiterar o convite ao IBDF, para vir prestar aqui as informações sobre o que está fazendo com relação à atuação relativa ao Parque Marumbi. Os outros temas, relativos a esta Comissão, não estão esquecidos, Professor Walmir. É que nós, naturalmente, não quisemos tratar da problemática toda, generalizada, e quisemos discutir os assuntos específicos, e entre esses, o mais urgente que nós Deputados consideramos, foi o problema do Parque Marumbi. Outros temas serão aqui analisados, serão por esta Comissão, estudados com a presença das pessoas que queiram dar as suas contribuições.

É a democracia participativa que o PMDB quer implantar. E ela começa justamente nas comissões técnicas desta Casa, para que este Poder esteja a serviço do povo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para esclarecer, tem a palavra a Professora Suzy.

A SRA. SUZY D'ÁVILA — Eu gostaria de falar só uma coisa, uma coisa meio difícil atualmente. Em vez de dividirmos partidos nesse momento para salvar o Marumbi, colocamos a política no meio. É um desejo meu, como acho que de muitos,

do povo brasileiro e do povo paranaense. Tentar unir estas forças e não colocarmos que seja o PDS, PMDB ou PTB, seja qual partido for. Eu acho que devemos nos unir, todas as forças, que eu tenho certeza que, se for feito...

O SR. PRESIDENTE — Uma informação. Posso prestar?

Na primeira reunião de Ecologia e Meio Ambiente, os sete Deputados, que compõem, decidiram por unanimidade que esta comissão não terá nenhum cunho político. Ela irá exatamente buscar os objetivos, para a colaboração constituída de lugar em defesa e preservação do meio ambiente.

Quando se fala em PMDB, PDS ou outro partido, é apenas simbolicamente para configurar as partes que poderão contribuir para a solução do problema. Em nossa primeira reunião, decidimos, por unanimidade, que não terá esta divisão política.

A SRA. SUZY D'ÁVILA — Obrigada.

Então não seriam partidos, seriam homens lutando por um objetivo.

O SR. CÉLIO C. DA SILVA — Sr. Presidente, só uma colocação rápida. Não tivemos a intenção, Deputado Quielse, de agredir, em hipótese alguma, porque nós, como cidadãos brasileiros e acima de tudo, como cristãos, jamais agrediríamos alguém. O que frizamos aqui, foi exatamente com o sentido de que o nobre Deputado, com toda experiência que já tem, seja um portador desta bandeira que estamos levando, e não estamos levando sem a consciência das causas.

O nosso currículo, não vamos de maneira nenhuma citar aqui, mas ficamos muito contentes em conhecer o currículo do nobre Deputado e saber, acima de tudo, que ele é uma pessoa credenciada para também lutar pela bandeira do meio ambiente. Porque a realidade, embora todo o seu esforço, nobre Deputado, a realidade sanitária que pudemos ver, como educador sanitário da Prefeitura de Curitiba, de 72 a 75; a realidade que pudemos ver como engenheiro agrônomo e como líder das empresas de planejamento...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Só uma coisa, para não prejudicar o momento, devo lhe dizer, se Vossa Senhoria é um técnico de educação sanitária da Prefeitura de Curitiba, possivelmente trabalha no Departamento de Bem Estar Social, se existe ainda, que foi uma das criações minhas na Prefeitura

de Curitiba, no Governo Ivo Arzua, quando Prefeito.

Só para contribuir com Vossa Senhoria.

O SR. PRESIDENTE — Eu pediria, para agilizarmos o término desta reunião, que o companheiro fosse breve, na apreciação, até porque acho que seria dispensável esta colocação, porque não atinge os objetivos desta reunião.

O SR. CÉLIO C. DA SILVA — Certo.

Só quero dizer ao Deputado, que estamos vindo a Curitiba a convite do atual Governo, exatamente por conhecermos um pouco de meio ambiente do Estado do Paraná, como Vice-Presidente da ADEA Nacional. E estamos aqui com toda a boa intenção de participar e trazer aquele pouco conhecimento que temos, de meio ambiente. E estamos à disposição do nobre Deputado até mesmo para assessorá-lo em estudos de meio ambiente, nas nossas funções como elemento do Departamento de Ecologia da SUREHMA.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Para concluir e definitivamente, vamos passar a palavra ao Sr. Jorge Modesto, representante do Movimento Ecológico Sete Quedas Viverá.

O SR. JORGE MODESTO — — Srs. companheiros presentes, vou me referir a um assunto que não é propriamente o Parque Marumbi. O Movimento Ecológico compreende que esta questão também faz parte de nossas preocupações, pois atinge diretamente as condições de vida da população, e acreditamos também que, com muita propriedade, os companheiros que nos antecederam, já colocaram as questões e apresentaram as propostas.

Queríamos, simplesmente, apresentar aqui o convite do grupo do movimento ecológico para o Encontro Nacional de Entidades Ecológicas, o qual realizaremos no início de agosto, possivelmente, em data de 5 a 7, em Curitiba. Estamos convidando então os presentes, e contar com sua colaboração no sentido da divulgação desse Encontro Nacional.

O SR. PRESIDENTE — Agradecendo a presença de todos e sua participação, deixamos aqui o nosso muito obrigado e damos por encerrada esta reunião.

Levanta-se a reunião.